



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 26 DE JUNHO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Na qualidade de Presidente, nesta ocasião, da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, lembro que a Câmara, neste momento, continua em atividade, debatendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem. Essa é a motivação dos outros Vereadores não estarem aqui. Eles combinaram para que eu viesse para garantir a nossa reunião.

Esta é a 4ª reunião técnica deste ano para abordar exclusivamente a Operação Urbana Água Branca.

Esta reunião é transmitida pelo portal, ao vivo, www.camara.sp.gov.br. Além disso, tivemos a publicação nos veículos que a Câmara tem: nosso portal, nossa TV, nas TVs que passam dentro do sistema de transporte público coletivo.

Agradeço a presença dos técnicos convidados da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Eduardo Mendes de Oliveira e Inádia.

Também agradecer muito os dois técnicos e servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano: Vladir, que já há um tempo vem estudando essa matéria, e Weber Sutti, que também tem participado de todos os encontros que tratam dessa matéria.

Também agradeço a presença do sempre Vereador Claudio Prado, Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e o nosso Subprefeito da Lapa, Ricardo Pradas, que também tem participado de todos os debates que a Câmara realiza e sei que participa de diversos outros debates que não são realizados pela Câmara.

Também reconheço o esforço do Fórum Suprapartidário, que tem desenvolvido um trabalho fabuloso, trazendo informação, assim como os técnicos da Comissão de Política Urbana.

Lembro mais uma vez que os Parlamentares não estão aqui porque estão na Câmara, debatendo o projeto mais importante do primeiro semestre, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Antes de abrir as inscrições, a comunidade trouxe algumas imagens. Hoje,

trataremos do tema Habitação e setores que a Operação Urbana incide.

O que a Operação Urbana pode importar na Habitação de Interesse social, na Habitação do mercado popular.

Então, o quanto essa Operação Urbana pode, de fato, revelar um tecido urbano que promova mais a justiça social a partir do partilhamento do solo urbano e menos que temos assistido nesses mecanismos de desenvolvimento urbano que, muitas vezes, expulsam a população.

Então, a comunidade nos pediu para que fossem passadas imagens.

Depois, daremos palavra à comunidade, para se manifestar. Depois, os técnicos do Executivo e as autoridades públicas que aqui estão, para tentar compreender as recomendações que o povo, hoje, nos traz.

As imagens serão passadas.

- Oradora começa a se referir às imagens exibidas na tela de projeção.

(NÃO IDENTIFICADA) – Trouxe umas imagens da comunidade só para a gente poder mostrar para o Vereador e para as outras pessoas que não conhecem a região.

Só para contextualizar um pouco o que vocês já conhecem. Aqui é uma foto da Rua José Nelo Lorenzon. É uma foto antiga, quando tinha a Favela do Sapo. É uma das ruas que vai sofrer intervenção pela Operação Urbana Água Branca.

Geralmente, a dúvida é na abertura dessa avenida e se, tanto na beira do córrego, que tem essa avenida, quanto o parque linear que está previsto, a dúvida de quem mora lá diz respeito às casas que estão à beira, se serão afetadas pela intervenção.

Aqui é uma vista de uma parte das moradias e, ao fundo, aquele conjunto habitacional novo. Fui lá, ao lado de onde existia a favela, que é ao lado do Centro de Treinamento do São Paulo, onde também está previsto que seja avenida, que é na beira do Córrego Água Branca.

Aqui é uma foto do conjunto, de uma parte dos prédios onde moram..., que a gente

costuma chamar de Conjunto Água Branca, que são os prédios em que a comunidade está pedindo que uma parte do fundo da Operação Urbana atual seja utilizada para manutenção.

Aqui é uma outra parte das moradias.

Também os prédios.

Aqui é onde vai passar uma das ruas que dará acesso para a Marquês de São Vicente até esses prédios e que cercará a comunidade com duas ruas de acesso.

Essa aqui também é uma outra região que está prevista a rua de acesso.

Essas fotos foram as que entregamos num documento, fazendo a solicitação da manutenção. Nelas, tem uma boa parte da base dos prédios que está com um vazamento de esgoto e com rachaduras. Essa é uma parte das fotos que mostraram uma vistoria feita pela Defensoria Pública, entregue também para o Ministério Público.

E, por fim, é uma foto do Termo de Compromisso de Atendimento Habitacional. As famílias que moravam na Favela do Sapo quando foram retiradas pela Prefeitura receberam esse termo que dá a cada morador o direito a ter uma moradia definitiva dentro do perímetro da Operação Urbana Água Branca.

Então, a pergunta é referente a esse termo que as pessoas presentes aqui farão depois.

As fotos é para mostrar àqueles que não conhecem a região.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço não só a exposição de fotos, mas também os primeiros questionamentos que já estão anotados pelo Vladir e pelo Weber.

Leonardo, ali em pé, é quem fará as inscrições. Daremos uns dois ou três minutinhos para as primeiras quatro ou cinco questões. Daí, nas falas, vamos avaliando o tempo dessas inscrições, lembrando que as nossas reuniões técnicas têm demorado em torno de uma hora, uma hora e quinze, uma hora e meia. Lembro que sempre uma hora é para as manifestações, e meia hora a quarenta minutos para as exposições que responderão às nossas preocupações.

Para não deixarmos acumular muito, vamos convidar quatro ou cinco manifestações e, daí, passamos para os técnicos a fim de não dar a eles muitos questionamentos e, assim, ficarem perdidos.

Agradeço os quatro rapazes que estão me ajudando aqui na frente: o Victor Hugo, o Carlos, o Richard e outro Victor Hugo. Eles se comprometeram a nos ajudar nas anotações junto com o Leonardo, das inscrições. Agradeço muito a esses quatro que estão nos ajudando.

O primeiro inscrito, por favor, pode vir e usar o microfone. Peço a cada que fizer o uso do microfone, que se identifique, falando o nome. Assim, fazemos o registro. Todas as reuniões são gravadas e, depois, são transcritas. Tudo isso vai para dentro do processo e é importante falar o nome completo, justamente para esse registro. Tudo bem? (Pausa)

O SR. EMERSON DA SILVA - Prazer, boa noite, meu nome é Emerson da Silva. Sou um dos moradores da comunidade. Sou uma das pessoas que tanto lutam pela melhoria de todos.

Gostaria de saber a respeito dessa operação urbana qual é o prazo de uso desses relógios da Eletropaulo, os quais são testados na frente das nossas casas e que, hoje, muitos moradores não dão muita importância. Mas, com o tempo chuvoso, podem ver que tem um ou outro que estão com problemas.

Para uma criança ou um morador ter algum acidente e até morrer eletrocutado é fácil.

Só gostaria de saber se vai entrar no projeto da operação urbana a manutenção desses postes. Se os senhores pararem para pensar, está um risco de vida para as crianças e moradores.

Em seguida, gostaria de saber de vocês qual o prazo para estarem canalizando o córrego. Hoje, ele só traz doença para nós.

A qualidade de vida de nossa comunidade é zero. Tudo que nós queremos e precisamos é fora da comunidade. Nós não temos parque, não temos uma quadra decente,

não tem onde se divertir, não tem reforma no prédio. Até foram trocar os telhados porque os telhados estão caindo na cabeça dos moradores, correndo risco de vida.

O córrego está sem canalização decente. Tem ratos, baratas, tudo isso aí. Creio que na Pompéia, Lapa e Sumaré deve até ter menos. Mas na nossa comunidade tem demais.

É a realidade. A Prefeitura não vai lá, nem a zoonose. Eles podiam jogar algo para diminuir a quantidade de ratos. Estamos esquecidos lá há muito tempo.

Gostaria de saber se isso que estou falando já vai entrar na operação urbana ou se já podem dar uma adiantada para nós. Segundo eu acompanho já tem uma verba destinada para nossa comunidade. Temos verba, mas há um impasse no sentido de liberar esse dinheiro. Enquanto isso, a nossa condição de vida está cada vez pior. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecemos o Sr. Emerson da Silva.

Temos mais dois inscritos: Renato Pereira Silva e a Rosemarie Zenha. Sugiro à Rose esperar o Renato.

Chamo o Sr. Renato Pereira da Silva, morador da região. Peço que venha à frente para nos ajudar.

O SR. RENATO PEREIRA DA SILVA – Boa noite. Meu nome é Renato. Sou morador da Água Branca já faz 36 anos, então, nasci lá.

Sabemos da Operação Urbana Água Branca, mas vocês devem saber mais que nós. Faz quanto tempo que existe a Operação Urbana Água Branca? E se os videos foram feitos recentemente, porque aquele córrego ainda – e está no google – é uma rua. E essa rua tem dez ou 15 anos. Faz mais tempo. Porque não foi canalizado antes?

Tem outra pergunta e acho que todo mundo quer saber: na Operação Urbana Água Branca, o pessoal vai ter direito à sua casa realmente? Vai ter documentação de sua casa? Vai pagar IPTU?

Sabemos que lá está uma porcaria. A comunidade está largada faz tempo.

Por gentileza, aumenta um pouco o microfone para mim. (Pausa)

Sabemos que lá está largado. A cada dia que passa são mais drogas, meninas grávidas e famílias desamparadas.

Queremos que a Subprefeitura e do Governo faça o seu papel, porque o Brasil está vivendo um caos. A Copa do Mundo está aí, todo mundo preocupado com o time de futebol, se esquecendo de ir para as ruas. O pessoal que está indo para as ruas está brigando pelos nossos direitos.

Está na hora de a comunidade se unir – não é só fazer associação – com força total, vestindo a camisa e batendo de frente com os caras que querem derrubar a gente.

A gente sabe que prédios estão sendo construídos, supermercados, sendo que já fecharam acesso de passagem, de comum acordo com a Subprefeitura na gestão passada que não iriam passar lá.

Temos uma creche e vemos creches sendo construídas em vários lugares, não temos nenhuma escola próxima.

Os idosos não têm lugares para fazer seus exercícios. Nos bairros bons, têm. Mas lá não. Lá, tem barro. Não tem asfalto.

Esse é um desabafo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Temos mais três moradores inscritos: Sandra de Jesus, Ana Carolina Pereira e Terezinha de Jesus Conceição.

Com a fala das três companheiras, encerraremos as inscrições.

A SRA. SANDRA DE JESUS – Falaram que toda a Favela do Sapo recebeu bolsa-aluguel. Nós recebemos porque fomos acuados a assinar os 5 mil reais. Lembro-me que um jornal disse que esse pessoal que assinou - que foi obrigado a assinar praticamente – teria direito ao bolsa-aluguel. Mas a gente nunca viu ninguém falar disso. Queremos saber quando vai sair. E a moradia? Pegamos 5 mil e não temos moradia. Quando vai sair? (Palmas)

A SRA. ANA CAROLINA PEREIRA – Boa noite. Meu nome é Ana Carolina. Sou moradora da Comunidade Água Branca.

Quero saber se a Operação Urbana Água Branca vai fazer parte da nossa comunidade mesmo, porque revitalização, limpeza e arrumação são lindas. Desde que moro lá, há 15 anos, isso sempre é falado pelos políticos, mas nada acontece. Vereador só aparece lá para pedir votos.

Quero saber, também, se essa avenida vai atingir as casas, porque é uma dúvida dos moradores, que estão muito preocupados.

Queria melhorias para a nossa creche, porque a creche está mais pra menos do que pra mais, e isso graças às professoras que trabalham lá, que tiram dos seus bolsos para comprar as coisas para a creche e as mães.

Além disso, temos que pedir limpeza, porque a realidade é muito pior. Há muita sujeira, muita droga, a cracolândia está dentro da Água Branca para falar a verdade. Não temos segurança, nem saúde nem educação. Não temos nada. Simplesmente está um caos.

Gostaria de pedir explicações sobre o PL 505/12, porque ficamos sabendo que os prédios doaram uma verba para a Prefeitura para que fosse usada na nossa comunidade. Gostaria de saber como isso vai ser feito, porque vamos ficar em cima. Queria saber se realmente vai para a Água Branca porque é lenda. Nunca acontece nada, nunca fazem nada.

Sr. Haddad foi a nossa creche, falou que ia dar um jeitinho, que ia melhorar, beijou todas as criancinhas e nunca mais apareceu lá.

É só isso, por enquanto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço a Ana Carolina que falou do melhoramento viário, das residências, da creche, limpeza, drogas e do projeto.

Ana Carolina, há uma questão importante: a discussão que estamos fazendo aqui é sobre esse PL a que você se referiu. Então, o projeto de lei 505/12 é o que nos traz aqui. Estamos tentando mostrar o quanto ele pode beneficiar e o quanto ele põe riscos a qualquer benefício.

Vamos entender: se o projeto de lei se traduzir em lei, para onde vai o recurso e

como ele vai garantir habitação de qualidade, creche reestruturada, outros equipamentos. É por isso que técnicos, Vereadores, todos estão aqui reunidos.

Há compromissos eleitorais que devem ser cumpridos. Vamos acompanhar, vocês vão acompanhar, e vamos reconhecer, com o passar do tempo e com a presença de vocês que a história de ter lenda, historicamente, vai se dissipando com a participação de vocês. Agora, sem a participação, sempre será lenda.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS CONCEIÇÃO - Boa noite a todos, não vou falar muito do que tem na favela, do que está faltando e do que vai deixar de ser, porque já fomos a diversas reuniões e já levamos muita coisa. Neste documento há muita coisa que já pedimos.

Quero saber se esta avenida, que vai passar atrás dos prédios e que vai sair na Rua Capitão Francisco Teixeira Nogueira, se vai implicar com as casas da beirada. O povo está preocupado com isso.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS CONCEIÇÃO - Ali não tem rua ainda. São os prédios que ainda não têm rua, eles vão fazer uma avenida atrás, disseram que vão mexer com a casa dos idosos. Eu queria saber se isso é verdade.

Como a menina falou, quero saber se vai mexer com as casinhas da beirada do rio. Porque a gente está sabendo que vão.

Fui numa reunião na Câmara Municipal, na terça-feira, e lá foi comentado que vão mexer com as casas da beirada do rio. Isso o povo tem de saber, não é uma coisa para chegar de repente. O povo tem de saber, para ficar esperto para o que vai acontecer.

Esse documento que a Jupira fez tem cinco mil moradores, acho que tem bem mais. O culpado é o povo, porque a gente passa, pede para eles fazerem uma relação das famílias e eles não fazem. Porque se tivesse uma relação, a gente saberia quantas pessoas têm. (Palmas) Eles não fazem.

A gente prega cartaz avisando de reunião, outro vem arrancando atrás. Não sei

com qual interesse. Porque o interesse é nosso, a comunidade é nossa. Nós que temos de cuidar dela. Claro que a Prefeitura faz o que a gente precisa, porque é obrigação da Prefeitura trabalhar para nós.

Fiz uma carta para o Subprefeito Ricardo, pedindo uma audiência para saber o que está acontecendo conosco. Isso foi em fevereiro, até hoje ele não me chamou. Levei a carta na Prefeitura.

Quero saber a respeito das casas que o povo está preocupado, se vai mexer com a casa deles e com a rua da frente.

Lá não tem só cinco mil. Porque a Jupira falou para mim que agora não é nem cinco mil, é 490.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS CONCEIÇÃO - Mil e novecentos tem de crianças.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço à Terezinha e anunciar que encerramos as inscrições, mas temos mais inscritos. Vamos chamar Ana Paula Soares, que também é moradora; depois ao Vereador Claudio Prado, que hoje dirige o Sindicato dos Metalúrgicos; depois vamos passar para a Rose; para o Mauro Caseri, da Subprefeitura; para o Ricardo, nosso Subprefeito, depois vamos transferir a palavra para a Mesa.

Tem a palavra a Sra. Ana Paula Soares.

A SRA. ANA PAULA SOARES – Boa noite a todos, sou moradora do Conjunto Habitacional Água Branca, quero saber onde serão as áreas de interesse social, quando o pessoal da Favela do Sapo irá receber o atendimento habitacional.

Estamos recebendo um auxílio aluguel de R\$300,00, que paga só água e luz, temos de trabalhar e tirar dinheiro do bolso para pagar o aluguel, sendo que foi prometida moradia para nós.

Também quero saber quando que será construída a área de lazer para as nossas

crianças, que estão brincando no meio da rua, correndo perigo de ser atropeladas. Estão brincando com ratos, porque são os nossos animais de estimação. As pessoas têm animal de estimação como cachorro, gato, a gente está criando rato como animal de estimação.

Quero saber quando seremos atendidos; quando as nossas crianças terão uma área de lazer de verdade para brincar; quando nossos idosos terão uma academia para ficar na praça; quando teremos uma praça, porque não temos também. Temos um monte de papelão e lixo.

Além disso, quero falar para a comunidade que temos de participar mais, não adianta vir cobrar o Governo e a gente não está brigando pelos nossos direitos, não está ajudando.

- Manifestação na plateia.

A SRA. ANA PAULA SOARES – Sem luta não existe conquista, vamos para cima, vamos lutar.

Vamos pegar o que é nosso de direito lutando. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço à Ana Paula que não só entusiasmou vocês, como também quem está aqui. É isso mesmo. Quando mais houver mobilização, menor é o tempo das realizações.

Vamos chamar o Vereador Claudio Prado, que fez o pedido de inscrição para fala, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e região de Mogi. Muito obrigado pela presença.

O SR. CLAUDIO PRADO – Boa noite Vereador Police, quero cumprimentar os companheiros, Subprefeito, boa noite aos presentes, como não convivo na mesma comunidade de vocês, então não teria como defender como vocês, mas quero parabenizar cada um.

Quero dizer que a Operação Urbana Água Branca vai fazer uma transformação nessa área da Barra Funda. Vocês têm de ficar muito atentos. Porque existe na Lei 505, essa lei que a companheira falou, toda uma modificação para que haja Habitação de Interesse

Social. Vocês têm de ficar atentos porque vai modificar a vida de cada um de vocês.

Não podemos deixar que haja transferência da classe média alta, expulsando todo mundo que está no bairro há 36 anos.

- Manifestação na plateia.

O SR. CLAUDIO PRADO – Estou falando 36 porque foi a referência que meu companheiro deu e que nasceu aqui.

Eu queria só falar sobre uma preocupação com vocês, pois a gente pode fazer essa luta junto.

Sou diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, nessa área aqui, se vocês querem saber, existem 154 indústrias de transformação, com mais de 10 mil trabalhadores, ou seja, para cada morador dessa região, há oito empregos.

Quando implantarem a Operação Urbana Água Branca, provavelmente virão as 70 mil pessoas para essa região, serão 10 pessoas para um emprego. Quer dizer que não vai ter emprego nessa região. Qual é a grande defesa nossa? Queremos mudar isso para que haja emprego na região, para a possibilidade de todos que morarem lá tenham uma qualificação profissional e possam trabalhar onde moram, próximo à comunidade.

É por isso que o Haddad ganhou a eleição, é o arco do futuro dele. Ele tem de cumprir essa determinação. Não pode deixar e a gente quer que tenha um substitutivo, para que mantenha a maioria dos empregos aqui. Não precisa conflitar, constrói o que quiser a classe média alta, mantenha a comunidade que é um direito dela, mas também mantenha os empregos para ela trabalhar, ganhar e sustentar a sua família com dignidade.

Essa é uma ação que estamos fazendo.

Diga-se de passagem, hoje estive fazendo uma assembleia numa empresa de 150 trabalhadores, que produz válvulas, eles disseram que a qualquer momento vão parar todas as avenidas aqui, para que sejamos respeitados.

Gostaria muito de fazer um convite a vocês, venham conosco para que sejamos

respeitados. (Palmas) A comunidade seja respeitada, os empregos respeitados e as famílias também.

Creio que os companheiros que estão aqui não têm interesse que isso aconteça, por isso precisamos adequar da melhor situação para todos vocês e todos nós.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O Claudio Prado, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi Vereador, quando ele fala que a reunião do dia de hoje é para a gente sempre ir tentando melhorar aquilo que vai para a lei, é um esforço que, de fato, estamos fazendo aqui.

Se a nossa reunião tem um valor fundamental é o de tentar levar para aquilo que é a lei o que a gente consegue colher em reuniões como esta. Esse talvez seja o maior significado do encontro com vocês. Como que a gente pode, de cada uma das manifestações, levar para dentro da lei essa esperança.

Da velocidade com que as coisas vão acontecer, para quem vão acontecer, se vai ter mudança de endereço, que se saiba qual é o endereço atual, qual será o endereço futuro. Essas são as coisas que vão diminuindo as nossas angústias. Porque a gente sempre vai voltar para casa com alguma certeza, não com todas as incertezas que muitas vezes acabam por nos reunir.

Tem a palavra o Mauro, depois a Rose, em seguida o nosso Subprefeito e a Jupira.

O SR. MAURO CASERI – Boa noite, meu nome é Mauro, estou na Subprefeitura da Lapa, numa função de planejamento urbano. Primeiro quero enaltecer as pessoas que se envolveram na mobilização de vocês, moradores da Água Branca. Vê-los aqui me faz bem, penso que vocês estão defendendo tudo aquilo que é de seu interesse.

A minha preocupação é que as pessoas estão considerando como dada a construção de duas vias, explicado pela Jupira. Quero levar como proposta que essas vias não sejam realizadas. Tem de se pensar numa outra forma de saída para esses moradores que

não seja enclausurar a Água Branca entre a Lorenzon e outra via que vai ser feita.

Não pode dar como dadas as vias, a gente vai ter de discutir e nesse projeto ver que não é possível construir. Pensar, por exemplo, que ao invés de criar essa via - que a Lorenzon que vai servir só para desafogar o trânsito da Marquês para a Marginal e da Marginal para a Marquês - se pensar outra coisa que se faça nesse local que não seja uma via. Para não correr o risco de desapropriar e não correr risco de as crianças que moram na Água Branca serem atropeladas.

É necessário que se faça uma, que se faça uma que passe por trás. Exclui essa que está prevista, se estiver prevista.

A outra coisa é que tive a oportunidade de ler esse PL, que propõe a criação de um conselho gestor, que terá a participação de entidades, da sociedade civil e do Governo Municipal. Percebi que lá não tem como proposta a participação do governo local. Acho muito importante para que as questões locais ganhem peso na discussão.

Portanto, Vereador, proponho que coloquemos no PL a participação da Subprefeitura, na pessoa do Subprefeito que estiver na gestão. O Subprefeito fará parte desse conselho gestor, ele é responsável.

Isso que vocês estão questionando, o primeiro lugar onde podem reclamar é na subprefeitura que está mais próxima. Os outros órgãos públicos que fazem parte estão centralizados.

Não sei até onde as pessoas têm clareza disto, que na Operação Urbana, existe a possibilidade do recurso da compra de áreas para a construção de moradias populares. Porque o número de pessoas que está hoje demandando as moradias é superior às áreas existentes.

Também poderíamos suspender a concessão feita para o São Paulo e para o Palmeiras e pensar que essas áreas podem ser utilizadas para a construção de moradias HIS. (Palmas) Acho que isso tem de ser feito.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao Mauro, chamo a Rose

para fazer a sua fala.

A SRA. ROSEMARY – Boa noite a todos, meu nome é Rosemary e creio que já encontrei com vocês em várias oportunidades em outras audiências públicas, sobre a Operação Urbana Água Branca. Uma ocorreu na Uninove. Estavam todos lá, estão lembrados disso? Foi um dia que ficou lotado.

Eu quero dizer a vocês o seguinte: respondendo à pergunta que a colega fez de quando é que essas coisas vão acontecer? Essas coisas só acontecerão quando o Projeto de Lei 505/2012 for aprovado. Neste momento, está sendo discutido, é por isso que estamos aqui e que o Vereador Police disse que temos de fazer sugestões para o seu aperfeiçoamento.

Temos de ser muito objetivos naquilo que vamos sugerir para que o Projeto de Lei seja aperfeiçoado.

Quero voltar um pouco no tempo. No mês de fevereiro de 2010, quando me telefonaram – sou representante de vocês no CADES – dizendo que a polícia estava chutando a porta dos barracos da Favela do Sapo. Vocês estão lembrados disso. Foi nesse momento que nós entramos na luta e chamamos, os então Secretários do Verde e Desenvolvimento Urbano, para que parassem aquele processo.

Felizmente, no caso da Favela do Sapo, conseguimos agir em tempo, porque a Aldeinha foi detonada. A Dulcinéia acompanhou de perto. A Aldeinha já tinha sido detonada, compraram o barraco de vocês por cinco mil reais e vocês venderam.

Quando entramos e avisamos na Favela do Sapo, não era para ter feito isso. Porque a Operação Urbana Água Branca, hoje em vigor, é uma que data da época do Maluf, de 1995, diz claramente na Lei que todos os moradores de assentamentos urbanos precários, no perímetro da Operação Urbana, têm de ter uma solução habitacional dentro do próprio perímetro, dentro do próprio limite. Vocês não deveriam ter saído.

A Favela do Sapo não saiu. A única forma que encontramos para que hoje – o Emerson acabou de falar, ele foi conosco, com a Jupira e com vários outros moradores –

conseguíssemos garantir para que futuramente vocês continuem morando nos limites da Operação Urbana, foi fazer com que o Ministério Público do Estado de São Paulo, nesse documento que escrevemos, que garante que vocês ficarão no futuro no perímetro. Esse documento não pode ser perdido. Já tenho avisado isso há muito tempo. Não pode ser perdido.

O que temos de fazer para mudar da nova lei que vai surgir? A Operação Urbana existe para melhorar o espaço da Cidade. Hoje, lutamos por uma Cidade sustentável, saudável e justa. Uma cidade justa é onde ricos, pobres e remediados vivem juntos no mesmo espaço. Todos têm direito à Cidade.

O que temos de pedir na Operação Urbana? Não podemos ficar preocupados com o buraco da rua, com o lixo na beira do córrego, não é isso que a Operação Urbana vai discutir e os Vereadores vão aprovar.

Temos de discutir primeiro: que todos os moradores da antiga Favela do Sapo - que saíram por conta do Programa Córrego Limpo, da Sabesp, que é do Governo do Estado de São Paulo - tenham a total garantia de se manter na região. Para isso eles têm um documento em mãos.

Quem era da Favela Aldeinha, pode também perguntar ao Ministério Público se também não é um direito adquirido. Eu não sei onde esse pessoal foi. É uma questão de se ver.

Em segundo lugar, hoje, a atual Operação Urbana tem recursos em caixa. Nós estamos defendendo que esses recursos sejam utilizados não apenas para melhorar a parte que fica abaixo da linha férrea, onde moram a classe média e a classe média alta. Mas queremos também que esses recursos possam atingir o pessoal mais pobre que fica acima da linha férrea.

Usar para quê? O Conjunto Cingapura, da época do Maluf, e as casinhas da época do mutirão da Luíza Erundina, nunca tiveram programa de manutenção. Qualquer edificação, qualquer prédio na cidade tem de ter manutenção. Aquele está literalmente jogado às traças.

Portanto, tem de estar no projeto da lei que vai ser aprovado que parte desses recursos sejam utilizados para a melhoria do Conjunto Água Branca, das casinhas – nunca sei o nome de um e de outro, mas vocês sabem do que estou falando – e que isso permita com que os moradores tenham melhor condição e qualidade de vida.

Para que a população da área tenha lazer, nós vamos ter de nos unir, classe média, ricos, pobres e remediados, para que possamos exigir que os Vereadores criem imediatamente uma comissão que comece a discutir com a diretoria de São Paulo e do Palmeiras a mudança dos centros de treinamento, saindo daqui, para tornar essas áreas um grande parque urbano de lazer para a zona Oeste e para a cidade de São Paulo. (Palmas)

Só lembrando, Vereador Police Neto, no ano passado chegou aos meus ouvidos que a diretoria do São Paulo estava pretendendo transferir o centro de treinamento para São Roque. Então, a Câmara tem de começar essa negociação, tem de começar. Não é saber se vai ou não aprovar.

Resumindo: garantia para quem já está, melhoria das edificações que precisam ter programa de manutenção, as áreas de lazer e os equipamentos sociais que a colega citou aqui e que os técnicos da SP Urbanismo vão também colocar.

Foi feito um levantamento exaustivo de quais equipamentos sociais são necessários para a Operação Urbana Água Branca. É nesse momento que a creche e outros equipamentos que foram aqui colocados precisam ser priorizados para que, tão logo a nova Operação Urbana seja aprovada, possamos ter esses recursos para começar.

Finalizando, lembro aos senhores moradores que essa Operação Urbana está em discussão na Câmara Municipal de São Paulo, no meu entender, enquanto Rosmary, acho que ela deve ser discutida no mês de junho, provavelmente os Vereadores vão votar em agosto, depois que essas audiências públicas terminarem.

Portanto, é fundamental que vocês fiquem atentos, que conversem com os Vereadores que elegeram, exijam deles que esse projeto de lei seja justo e que respeite os

moradores que vivem nas áreas menos privilegiadas dessa região na Água Branca.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Agradeço à Rose, que tem sempre nos brindado com muitas informações. Chamo o nosso Subprefeito Ricardo.

O SR. RICARDO AIRUT PRADAS – Boa noite a todos, gostaria de dizer à Dona Terezinha que o Emerson, a Ana Paula e outros representantes, já vão ao meu gabinete. O Emerson nem marca hora e a gente é aberto a receber vocês. Senão naquele momento, meia hora antes ou depois, mas entre uma reunião e outra, uma tarefa e outra, a gente acaba recebendo. Está aí o Emerson que pode ser questionado por isso, a Ana Paula e outros que já conversaram comigo. Certo?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO AIRUT PRADAS – Não, comigo não precisa. É só aparecer lá.

Falando da Operação Urbana, achei importante a colocação do Mauro Caseri, porque esse questionamento de como vai ser a Av. José Nelo Lorenzon, entre outras coisas, são questionadas direto na Subprefeitura. É interessante ter alguém do poder público local participando, nem que seja como convidado do grupo gestor, para a gente estar a par e conseguir passar para a comunidade, representar a comunidade para o Poder Público e vice-versa. Afinal, é para isso que estamos fazendo a descentralização, isso é importante para todos nós.

O que me permitiria dar algumas respostas diretamente ao ser questionado aqui. Se a avenida é daquele jeito, se vai desapropriar ou não, é uma coisa que a gente precisaria ter. O que leva ao que a Professora Lucila já falou em outras audiências. A gente precisa, como Poder Público, tomar o máximo possível de contato com o plano urbanístico que está delineado para a região. É importante para a gente poder passar, quando questionado, e interpor às necessidades. Levar as necessidades nos locais. A gente que ouve vocês, levar os seus interesses para lá.

Um dos substitutivos, inclusive, tem uma colocação de não diferenciar Cepacs, que é esse potencial construtivo de residencial e não residencial. Isso deve ser meio complicado, porque uma das preocupações do Claudio Prado se confirma se a gente não fizer essa diferenciação. Simplesmente a gente vai eliminar a possibilidade de garantir o emprego aqui com o Cepac não residencial. É uma das coisas complicadas. Isso vai de encontro ao que o Claudio vem falando ao longo dessas reuniões.

É importante para a gente, inclusive, para os que não são moradores, que a gente consiga trazer mais e mais pessoas para morar nessa região. Essa presença maciça aqui é uma prova disso, da necessidade de a gente elencar as prioridades de HIS estarem inscritas no item de prioridades do substitutivo do Vereador Nabil.

Esse tipo de pressão e de conversa a gente tem ao longo dos meses e vem tendo com o pessoal todo. A gente sabe de como é difícil fazer as modificações dentro da comunidade, esse é um anseio de todos eles e do Subprefeito também. Afinal, é para a gente que vem o contato e é para vocês que a gente quer fazer isso ser viável e atender. Isso está constando do plano da lei.

Garantir a situação do HIS. Acho que o substitutivo do Nabil aumenta um pouco mais essa condição da Habitação de Interesse Social que é primordial nesse caso. A gente consegue terminar com uma solução plausível e fazer da José Nelo Lorenzon um lugar agradável do começo do convívio desse parque previsto que a Rosmary citou, ou seja, seria ao longo de uma avenida, com orlas, com vegetação e que a gente entrasse por esse parque, tão logo tivesse o plano urbanístico.

Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra nossa última inscrita, vou chamar a. Jupira. Ao encerrar vai permitir que os técnicos e o poder público central e não o local. Depois pedirei auxílio ao Vitor Hugo, ao Carlos e ao outro Vitor Hugo, para nos mostrar o que tem nos cartazes que eles nos trouxeram. No cartaz enrolado ninguém vai saber o que

vocês escreveram.

Alguém viu o que está no cartaz?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Precisamos ver.

A SRA. JUPIRA – Pessoal, quero falar mais um recado para o pessoal da mesa. Primeiro, referente às famílias. É importante avisar Vereador, o Vladimir, é o que mais sabe disso. Fizemos um levantamento, no ano passado, junto com a Defensoria Pública e com o Escritório Modelo da PUC, de todas as famílias que foram cadastradas pela Prefeitura.

Juntamos com o Emerson e a Dulce todas as listas que foram feitas tanto pela Associação como pela Prefeitura para consolidar numa listagem só.

Nessa lista constaram todas as pessoas que no ano passado e retrasado fomos acompanhando e que receberam auxílio moradia, de forma a formar uma única lista das famílias que tinham direito de serem contempladas com moradia e que não batiam com a lista da Sehab. É importante que vocês saibam disso.

A gente consolidou uma lista, entregou para a Defensoria, que entregou para o Ministério Público, porque a lista da Sehab é bem menor do que a lista que foi atendida, dos moradores da Favela do Sapo que foram retirados.

Para não haver divergência nesses números, porque toda vez que a gente tem audiência a gente pergunta quantas famílias serão atendidas. Fizemos isso, consolidamos as listas. Essa é uma informação importante.

A outra informação é sobre os equipamentos. A escola que acho todos já sabem. Nas audiências públicas onde a Prefeitura participou isso foi dito. As audiências que fizemos na Uninove eram com a Prefeitura. Agora, estamos fazendo com a Câmara, dos Vereadores. Às vezes a gente precisa contar de novo tudo o que contamos para a Prefeitura naquelas audiências.

Em relação às escolas onde hoje os jovens precisam atravessar a ponte da

Freguesia do Ó, ou a passarela da linha de trem, para poder ter uma escola próxima. Foi dada na última audiência uma informação que há já uma previsão de postos de saúde, de escolas.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JUPIRA – O mínimo. Exato. Precisamos - se vocês puderem hoje ou então em algum momento – dizer onde esses equipamentos ficarão localizados.

Hoje, o posto de saúde que atende nessa região é o Posto da Barra Funda. Não é isso? Antes a gente era atendido na Lapa, tem de ir para a Barra Funda. A localização disso é muito importante. Esses equipamentos estarão na área destinada para moradias populares. Onde estamos aqui é o terreno da CET, uma das áreas prevista no projeto. Aqui é uma das áreas para construção de moradia. É importante que eles possam dizer para nós aqui tem outra área da gleba Pompeia. Todo mundo que está morando conhece o grande parque que está sendo construído, parque público, todos nós que moramos aqui e outras pessoas que quiserem podem frequentar. É importante saber da Comissão de Vereadores e do pessoal do SPUrbanismo a localização e a garantia de que de fato essas moradias serão, nesse terreno aqui, terreno nobre. Por fim, duas questões: enchentes, todo debate está sendo discutido drenagem e enchentes. Se falam muito das enchentes da Pompeia e se fala quase nada ou nunca das enchentes do lado de cá. Nós que crescemos aqui sabemos o quanto que o Córrego Água Branca, as águas que voltam do Tietê enchem. É importante que o Córrego Água Branca, e toda essa região aqui que sofre com enchentes todos os anos, também fosse contempladas. E por fim um pedido meu em de uma série de pessoas aqui. Amanhã está agendado uma Audiência Pública para a Câmara Municipal de São Paulo. Ontem aconteceu uma reunião na Câmara Municipal de São Paulo, estavam presentes: Dona Teresinha, Paula, Ciria, Ricardo. Quando a reunião acontece na região, as pessoas podem participar. Quando forem na UNInove, temos um número grande. Meu pedido é que suspenda a audiência de amanhã, marcar uma audiência aqui na região para que um numero maior de pessoas possam participar.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Apenas fazer um rápido esclarecimento, até para dizer o que vai acontecer porque não vamos conseguir cancelar a de amanhã. Hoje tivemos a reunião ordinária da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Na segunda tivemos a reunião, e hoje tivemos novamente. Na segunda a Jupira me pediu para que não realizássemos a de amanhã. Na reunião ordinária da Comissão fiz esse pedido, inclusive para fazermos semana que vem, não era nem mudar de horário, mas de dia mesmo. Mas como a audiência de amanhã foi convocada nos jornais de grande circulação, presidência da Comissão preferiu mantê-la, mas abriu a oportunidade de fazer outras no período que nos distancia daquela marcada para o dia 05 de agosto. Vamos ter ainda, nesse período de amanhã, a última reunião que fazemos no mês de junho e a primeira que realizamos no mês de agosto, a possibilidade de amanhã mesmo definir um pequeno calendário que nos permite mais duas reuniões aqui no território já que apertamos muito as reuniões por conta de um hipotético cronograma que nos levaria a uma rotação ainda nesse mês de junho. Como isso não se configurou não deu tempo de fazer toda a escuta da sociedade, ganhamos o mês de julho todo para debater e o começo de agosto. Já que ganhamos esse mês de julho, vamos debater um pouco mais. Sugiro que na audiência de amanhã vocês escalem alguém, se o grupo todo não puder ir, para ir lá e fazer essa sugestão, de realizar na primeira quinzena de julho, uma reunião aqui no território, ou duas reuniões, uma na primeira quinzena e outra na segunda. Se amanhã, um de vocês, uma pequena representação puder estar na reunião da Câmara, pedindo isso, para gente ajuda. Fica como sugestão, mas infelizmente, peço desculpas, não conseguimos cancelar a reunião de amanhã. Como sabemos que o território é grande e envolvem, nós que estamos aqui e outros também, o mesmo respeito que temos, de que é exigir com a gente, sabemos que temos de dispensar com outros. Então vamos realizar, mas vamos tirar a oportunidade de realizar no mês de julho, mais uma, duas, ou três reuniões de audiências públicas.

Antes de passar a palavra ao próximo orador vou chamar os garotos Carlos, Victor

Hugo e Richards para uma apresentação.

- Apresentação dos garotos: Carlos, Victor Hugo e Richards.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) - Com a palavra o Sr. Vladir.

O SR. VLADIR – Boa noite a todos. Vou esclarecer alguns pontos que apareceram.

Começo de tudo. A Prefeitura fez esse projeto da operação urbana encaminhou para a Câmara, que está debatendo com o objetivo de melhorar. Nunca tivemos a pretensão de fazer um projeto perfeito. Estamos aqui exatamente para tentar melhorar esse projeto. Uma dúvida que aparece, mais de dois a três anos, quando realizamos as audiências públicas do EIA/RIMA era sobre a Rua José Melo Lorensão, o que temos hoje? Existe uma lei aprovada, para que abra a José Melo Lorensão, porque ela não foi aberta. Essa lei aprovada é da década 70, bem antiga. Época onde não existia nenhum cuidado com os rios e córregos da cidade. Essa avenida está projetada junto do córrego, praticamente dentro do córrego, fechando o córrego. Estamos propondo que essa avenida seja aberta, mas deixando um espaço de mais ou menos trinta metros entre o córrego e a avenida. Essa avenida está projetada para passar não do lado do conjunto mas do outro lado, do lado do CT. Centro de Treinamento do São Paulo. Vamos ter ali a própria avenida e o que chamamos de Parque Linear. Uma pequena área de lazer, ainda pequena, não é a única que será feita, mas alguma coisa ali. Ao lado do conjunto, existe hoje uma rua estreita, uma rua de acesso, estamos mantendo. Acesso às moradias dali. Quando fizemos o projeto tentamos ter o cuidado de não pegar nenhuma casa, vou checar isso novamente, mas caso alguma casa seja atingida, essa pessoa que for atingida terá de ser atendida aqui mesmo, isso não nem a lei da Operação Urbana, é Federal. Quem, eventualmente for atingido e acredito que não será, mas vou verificar isso direitinho, será de ser atendido aqui dentro mesmo, nas proximidades. Com relação a favela do Sapo, acredito, ser importante para nós que tenhamos essa relação, a informação que temos é da Seab, é importante que tenhamos essa informação para estimar o número certo de pessoas. Acredito que acordos que foram feitos com a Prefeitura do Município de São Paulo, mesmo que tenha

sido em outra administração, devem ser cumpridos. Se as pessoas tem um documento que esteja seguro, de que vão permanecer, ou elas vão voltar para cá, elas vão voltar para cá. Um compromisso assumido. Com relação as áreas de habitação de interesse social e o dinheiro para isso. Esse projeto de lei que está sendo discutido, a Prefeitura do Município de São Paulo propôs que se usasse no mínimo 15% de tudo que for arrecadado para investimento em habitação de interesse social. Já está sendo discutido na Câmara, avaliando a possibilidade de aumentar um pouco esse mínimo. Faz parte, exatamente, desse processo de discussão que estamos tendo. Onde serão construídas essas unidades? Estamos propondo que começamos pelas áreas que já são da Prefeitura do Município de São Paulo. Tentar organizar a própria casa. Têm muitas áreas da Prefeitura aqui, nas proximidades, esse lugar que estamos é uma área da Prefeitura do Município de São Paulo e têm muitas áreas que estão um pouco ocupadas. Temos de tornar essa ocupação mais racional, estamos propondo é que uma parte dessa área pública que seja destinada para habitação de interesse social, uma outra parte para um parque e outra parte para um parque e outra parte para equipamentos públicos. Vamos começar pelas áreas públicas. Se essas áreas públicas não forem suficientes a operação urbana pode usar esse dinheiro para comprar terrenos e construir mais. Mas vamos começar com o patrimônio que já temos. Que é o patrimônio público, da Prefeitura. O que está sendo proposto, aqui nessa área, um pouco mais para frente, na esquina da Nicolas de Boer com a Marques de São Vicente, é uma área da Prefeitura, onde está sendo proposto o primeiro conjunto, a primeira construção. Essa área da Prefeitura já. Sobre os equipamentos públicos, o que estudo de impacto ambiental aferiu, é que teríamos o mínimo para atender. Esse mínimo é o seguinte: - isso para toda a área da operação urbana, para o lado de lá da ferrovia, não só para cá. Dez creches, quatro escolas municipais de ensino integrado, duas escolas municipais de ensino fundamental, uma escola de ensino médio. São 17 equipamentos de educação. e mais, pelo menos das UBS e uma UBDS com, AMA acoplada. Seria o mínimo para dar uma condição mínima de atendimento. Onde esses equipamentos vão estar? Vamos tentar usar

primeiro as áreas que são da Prefeitura do Município de São Paulo. aqui nesse espaço que estamos, pode ser usado para a construção desses equipamentos. Aqui no Jardim das Perdizes, além do parque que é público, é sempre importante ressaltarmos que aquele parque é público. Existe uma área institucional também que é da Prefeitura. Essa área também pode ser ocupada de imediato com alguns desses equipamentos. Se esses terrenos não forem necessários, em uma primeira conta os terrenos da Prefeitura dão conta desses equipamentos. Se for necessário a operação urbana pode comprar outros terrenos e implantar novos equipamentos públicos. Na lei atual, que está em vigor, fala da construção de novas habitações, não fala da recuperação das que existem. O novo PL que está sendo analisado na Câmara, fala tanto de construir novas, quanto de recuperar aquelas que existem. Isso é fundamental, exatamente para atender às necessidades que os moradores aqui do conjunto água branca. Vai poder usar dinheiro não só para construir novas, mas para recuperar o que existe. Recuperar a construção, que está com problemas. Problema da construção e das áreas de lazer. Se vai fazer alguma intervenção para melhorar a construção dá para usar o dinheiro para requalificar e ampliar essas áreas de lazer aqui dentro. É importante que tenhamos esse PL aprovado para que não paire nenhuma dúvida que podemos usar esse dinheiro para recuperação. A grande dúvida que existe é essa: o dinheiro está hoje pela lei atual para construir novas. Não é para recuperar. Tem de haver uma lei autorizando a recuperação disso. Esse dinheiro que existe no caixa da operação urbana, ele pode ser utilizado desde que a nova lei autorize. A nova lei tem de autorizar que esse dinheiro seja utilizado na recuperação desses conjuntos aqui. tentei dar uma resposta a todas as perguntas, mas acredito que todas se canalizavam para algumas pessoas. Se não ficou claro, volto depois para falar mais. (Palmas)

O SR. VEBER - Boa noite a todos. Sou arquiteto, trabalho na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, sou chefe de Gabinete do Secretário Fernando Mello Franco. O Vladimir trouxe várias informações fundamentais. Essa gestão eleita pelo Prefeito Haddad, que acredito que parte de vocês elegeram veio com uma nova proposta para a Prefeitura.

Subprefeitura não recebiam moradores, então nosso subprefeito aqui que recebe todo mundo, não tem que marcar hora, agora, muita coisa está mudando. O tempo está passando e passa rápido. Não estou aqui para fazer nenhuma promessa, o que o Prefeito Haddad pede para gente, é para realizar e não ficar prometendo. Estão todos cansados de ouvir promessas e não ter resultado. Queremos conseguir dar resultados para que mudem a relação que tem com o Poder Público, de descrença, total descrédito. Queremos que vocês olhem para o subprefeito e saiba que ele consegue realizar. Mas a condição do nosso subprefeito é muito difícil. Não tem orçamento, têm poucos servidores, tem um problemão. O próprio Executivo, como fez o projeto de lei da operação urbana, esqueceram da Subprefeitura. Nunca dialogou com a subprefeitura. Se o subprefeito chegar aqui como ele vai conseguir responder vocês. Acredito que ter um compromisso dessa gestão com emprego como bem disse o nobre Vereador, com habitação e interesse social na área em que as pessoas moram. Espero que vocês nunca vejam nessa gestão ninguém forçado a assinar uma cartinha de cinco mil reais para ter onde morar. Não é isso. Não é para isso que trabalho na Prefeitura do Município de São Paulo, não é para isso que o Prefeito Haddad foi eleito e não é para isso que o Subprefeito da Lapa trabalha. Temos compromisso com emprego, com habitação e interesse social na região. Estamos estimando de 1500 a 4000 moradias, na área da Operação urbana. Fora um perímetro ampliado que é para pegar as outras favelas de comunidades e urbanizar. Tem o compromisso de regularizar os conjuntos que foram feitos, tudo irregular. As pessoas estão sendo colocadas para morar lá sem nenhuma segurança. Não tem papel que é dela. Esse compromisso esperamos constantemente poder conversar com a comunidade e mostrar resultados. Saibam do compromisso dessa gestão. Que todos estão trabalhando e podemos ver em todas as audiências a comunidade a chamar a gente para participar. Compromisso de olhar na cara dos senhores, eu participo de varias reuniões públicas. Essa reunião para mim foi a mais importante até hoje. Estou dialogando hoje com a população que durante muito tempo não teve espaço, voz e que ficou ai na margem da política pública. O compromisso dessa gestão é

trazer vocês para a centralidade. Queremos responder os problemas. Agora como vocês colocaram os problemas são gigantescos. Espero que daqui um mês e meio operação urbana seja aprovada e que possamos investir o recurso existente da Água Branca, que possamos construir a HIS , isso vai ser, não quero mentir para ninguém, o conjunto talvez, final de 2014. As habitações 2015. Não vou falar que é para amanhã, porque não é. Liberando o dinheiro terá de contratar o projeto isso leva tempo. O que quero é chegar aqui no final de 2014, e estar começando a fazer obra, quero chegar aqui em 2015, e ter uma HIS construída na área. Não temos compromisso com enganação de ninguém. Queremos falar e voltar aqui falar na frente de vocês e dizer: olha, estamos fazendo porque é direito de vocês. Tem de pressionar, bater na porta, falar alto, temos de acompanhar o que é nosso direito. Ninguém está fazendo nada aqui porque é bonzinho, é direito de vocês. O que estamos fazendo é recuperar um prejuízo de muito, que durante muitos anos ninguém fez nada para cumprir o direito da sociedade. Era o que tinha a falar e espero que vocês saibam que tem o esforço do Prefeito, da Secretaria. O compromisso do Prefeito é fortalecer as subprefeituras, é garantir as condições de vocês conseguirem na subprefeitura resolver os problemas de vocês. Essa demanda vamos levar para a Secretaria de Habitação. Aqui como não tem posto de saúde, escola, é inaceitável. O Vládir colocou aqui os números da quantidade de postos, das Emef, das Emeis, e espero voltar aqui com essa operação urbana em andamento e poder no rosto de cada um e vocês olharem para mim e falar não sou mentiroso. E falar, olha, está começando, mas vamos pressionar, porque queremos mais. Tem de querer sempre mais. Nunca aceita o compromisso do que: “Ah! Tá bom! Já ganharam um pouquinho. O direito de vocês ninguém pode dar parcelado. Briguem pelos direitos e tenha mais gente. Servidores que trabalham na gestão Haddad, pessoas que têm compromisso de transformação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Agradecer o Veber, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, responsável pela elaboração do projeto. O Vládir também é técnico dessa mesma Secretaria, mas na empresa na

SPUrbanismo, são os dois que representam neste momento o Prefeito Haddad nessa reunião. Dividem essa representação com o nosso subprefeito local. Aqui tem a representação local que é o subprefeito e a representação da Secretaria que é responsável pela elaboração destas propostas que estão sendo hoje debatidas com vocês, no campo do Executivo. Agora tem outro lado que é o Legislativo, o nobre Vereador Nabil que chegou há pouco, acabou de informar que foi aprovada a LDO, que irá orientar o orçamento para ano que vem. Que a votação foi nominal. Acertamos em dividir o grupo de forma que ele estava lá para votar e a gente estava aqui para começar o dialogo com vocês. Mas o nobre Vereador Nabil, ferramenta fundamental da Câmara Municipal de São Paulo, para o desenvolvimento da lei que será aprovada. Passo a palavra para ele, porque o pessoal do Verde se sentiu contemplado nas manifestações aqui feitas e na fala do Nabil, vamos encerrar, encerramento de praxe que a comissão tem, lembrando que todas as falas, além de serem transcritas vão poder ser disponibilizadas, portanto vocês terão acesso, além do vídeo, que estará na Internet e a transcrição de forma que possa ler. Sabendo de cada uma das colocações feitas, de cada um daqueles que utilizaram os microfones. Com a palavra o nobre Vereador Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa noite a todos. Cumprimento todos os moradores do Conjunto da Água Branca, saúdo o Vereador José Police Neto que está presidindo essa audiência pública, o Weber, o Vladir, todos os companheiros da Secretaria do Verde, da CET.

Tivemos um dia longo na Câmara, por isso tive de ficar lá mais tempo. Aprovamos a criação de uma nova CPI que deverá, amanhã, se concretizar como a CPI dos Transportes. É um assunto que interessamuito a vocês e a todo mundo que usa o transporte coletivo. Com isso, faremos o levantamento dos custos do transporte.

Aprovamos também a Lei das Diretrizes. Tivemos de nos dividir, ainda bem que o Vereador Police veio para cá, não pode participar da votação justamente pelo compromisso que tínhamos com vocês. Por conta disso, ficamos eu e outros membros da Comissão no Legislativo.

Mas, mesmo assim, fiz questão de vir repito, fiz questão de vir por três razões. Uma, pela própria importância da reunião que, sem dúvida alguma, é uma das reuniões das que nós participamos, bem como das audiências públicas, que tem a maior presença popular. E, principalmente, dos moradores da região. Minha professora Naiumi tem acompanhado desde o início e me passou muito do que foi colocado aqui. Não podia deixar de vir mesmo pela importância dessa reunião.

Em segundo lugar, alguns de vocês pode ser que não lembrem, mas eu me lembro muito bem, quando o Conjunto da Água Branca foi construído eu era Superintendente da Habitação, à época da Prefeita Erundina. E esse Conjunto da Água Branca, os primeiros prédios fizeram parte do primeiro projeto, junto com aquele do outro lado do rio, de favelas verticalizadas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Pois é. Lembro-me muito quando os assistentes sociais chegaram para mim e falaram o seguinte: “Se a gente continuar construindo casinhas como estava sendo feito antes, não caberá toda a população. Vamos ter de comprar o terreno em algum lugar e levar a população lá em Perus, por exemplo”. Daí, cheguei e disse: “De jeito nenhum, essa população não vai sair daqui, pois está mais perto da cidade. Temos de encontrar um projeto que responda a toda a população”.

Daí foi feita a segunda etapa de urbanização, justamente os prédios de três andares, na época da Erundina.

Em seguida, aconteceu a terceira fase, construída já na época do Singapura que deu continuidade a essa ideia de verticalização, mantendo, assim, a população em seu próprio local.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Está certo. De qualquer maneira, tenho aqui uma história, acompanho muito e fiz parte desses projetos naquela época e sei muito bem como era

a área de vocês, antes e como ela ficou depois. Embora não tenha voltado lá com tanta frequência tenho um carinho particular por ali.

Tenho de dizer que há outro carinho meu, particular, por esse prédio aqui. Pouca gente sabe, mas esse prédio construído na época da Erundina foi feito em uma indústria de pré-fabricados, coordenada por uma grande amiga minha, professora e colega, que é a Naiumi.

Eram elementos pré-fabricados para produção de equipamentos com custo mais barato. Teve uma época, na gestão da Erundina, que tínhamos de buscar os melhores preços mesmo, pois o dinheiro era pouco, era uma época de crise. Portanto, tínhamos de fazer muito com pouco dinheiro. Do ponto de vista social foi um grande projeto, em colaboração com essa fábrica.

Digo tudo isso, para falar o seguinte: ouvi a fala do Weber e, junto com outros Vereadores, apresentamos propostas de modificação do projeto de lei.

Um dos aspectos mais importantes que apresentamos – e até já existe um consenso dentro da Comissão de Política Urbana, inclusive junto com a própria Secretaria, o que indica vai se concretizar – é de segregar os recursos que já foram arrecadados da Operação Urbana. A ideia é segregar e aplicar em algumas ações prioritárias.

Essas ações são exatamente aquelas beneficiadoras da população moradora. São os trabalhos de reabilitação, de melhoria dos próprios conjuntos e também as obras de drenagem e equipamentos para a região.

Então temos de garantir que a prioridade, o primeiro recurso – o recurso já está arrecadado – possa ser destinado para essa finalidade.

E por que isso é muito importante? É que as operações urbanas, historicamente em São Paulo, fizeram o contrário: o primeiro recurso não foi para a população mais pobre. O primeiro recurso foi para fazer obra viária.

Por exemplo: aquela ponte da marginal do Pinheiros, a Ponte Estaiada, da Operação Águas Espreadas. A primeira obra feita na Operação Águas Espreadas foi

justamente aquela ponte. Sabemos que existe ali, no programa da operação, mais de dez mil famílias que eram faveladas e não foram beneficiadas com o recurso.

Essa operação já tem dez anos e muito pouco recurso dela foi aplicada em Habitação de Interesse Social.

Então as operações urbanas têm sido vistas como operações que geram exclusão social, pois elas investem em obras viárias, valorizam os terrenos exageradamente e, muitas vezes, a população que mora lá acaba saindo e o benefício dos recursos da operação não são apropriados pelos moradores.

Precisamos, nesse projeto da Operação Urbana Água Branca, inverter essa lógica, ou seja, garantir à população moradora aquilo que irá beneficiá-la. Garantir, principalmente, que a população mais pobre seja beneficiada, que sejam beneficiárias em primeiro lugar.

Esse princípio – e o Vereador José Police Neto tem propostas na mesma direção que as minhas – é justamente destinar uma quantidade maior dos recursos para a habitação.

O projeto original define 15% do recurso para habitação. Eu propus que isso foi dobrado, para 30%. Mas teremos de discutir com a Secretaria e com os outros Vereadores para ver onde conseguimos chegar. Gostaria que chegássemos a 30%, assim, realmente, saldaríamos essa dívida.

Acho que é uma dívida mesmo que nós temos, não só nessa operação, mas das anteriores: da Faria Lima, da Águas Espraiadas. Foram operações que geraram exclusão.

Vamos, portanto, aproveitar uma nova operação e, assim, inverter.

É claro que isso, de repente, pode significar arrecadar menos. Uns falam que isso fará com que se arrecade menos. Mas quero dizer a vocês que arrecadar é apenas um dos objetivos da operação. Não adianta nada você dar muito recurso e fazer obras que não sejam prioritárias, que não vão beneficiar a população.

Então podemos, sim, arrecadar um pouco menos, mas, por outro lado, investir naquilo que se tem maior necessidade.

Não quero me estender muito. Quis explicar esse aspecto importante. Há também a questão dos equipamentos sociais, igualmente importante.

Não podemos esquecer as obras de drenagem. Conheço bem lá e sei do problema do córrego Água Branca. Precisamos até estudar se não conseguimos colocar esse córrego junto com o Sumaré, colocando isso como prioridade também.

Claro, vamos estudar, mas não podemos esquecer o item recursos, quer dizer, ver quanto custa cada uma dessas obras.

Gostaria de dizer novamente: esses recursos que já estão na conta, e daí gostaria de pedir aos Srs. Weber e Vlado, é que os recursos da operação em andamento, todos esses já arrecadados, eu acredito que existem projetos já arrecadados ou que estão sendo pagos em parcelas, talvez tenha ainda – e podemos levantar – e quanto podemos levantar, do caixa, para a operação urbana que está em andamento. É a antiga, vamos dizer assim, não é a atual ou uma futura. É que temos uma atual e teremos uma futura, com a aprovação desse.

Então a gente precisa saber o que pode caber nesse primeiro pacote de obras. Sabemos que os córregos da Água Preta e Sumaré estão nesse primeiro pacote.

Estamos propondo que na lei fique discriminado quais são as obras prioritárias, tais como: a reabilitação da favela Água Branca, o atendimento à população das favelas que foram removidas, como a Favela do Sapo e a Aldeinha. E os equipamentos, além de outras intervenções importantes. Gostaria também de quantificar isso.

E, se não couber todas essas obras nos recursos que já foram arrecadados, então, que os primeiros valores a serem arrecadados na operação possam ser destinadas a essas finalidades que, eu considero, as dívidas que se tem com a população de lá. E, a partir daí, poderemos usar os demais recursos para as outras intervenções programadas, inclusive a produção de habitação.

O que estou falando não é fruto de minha autoria, embora eu tenha redigido essas propostas, mas, sim, das audiências públicas e do diálogo feito nas reuniões, nas próprias

audiências e em conversas com os demais Vereadores, bem como com as secretarias e as associações das regiões que têm trabalhado e discutido esse projeto.

Aproveito para convidar todos vocês, antecipando-me ao Vereador José Police Neto, para virem amanhã, quando será a última audiência desse semestre sobre esse projeto. É importante a presença de vocês, pois, amanhã, vamos fechar esse rol de questões que a população traz. Também apresentaremos as propostas que os Vereadores elaboraram e, a partir daí, então, sintetizar – e a Secretaria tem um mês – tudo isso numa proposta.

Inclusive, está previsto para o começo de agosto uma audiência pública final, mas já com caráter de uma devolutiva dessa proposta, que considero ter sido a melhor. Por sorte, o Vereador José Police Neto, e os demais Vereadores da Comissão, batalhou por ela.

Portanto, teremos esse respiro de um mês mais para fazer o melhor projeto, o mais elaborado, afinal vai valer durante vários anos.

É isso. Estamos aqui cumprindo o papel do Legislativo que é poder, exatamente, ouvir a sociedade, ouvir o Executivo, que já apresentou a proposta e, a partir daí, amarrar com uma solução melhor para a Cidade. Um melhor resultado nos permitirá avançar numa qualidade de vida para essa região tão importante para a Cidade. Obrigado. Parabéns a vocês todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quanto tem de dinheiro já em caixa? Trezentos e trinta? (Pausa) Trezentos e sessenta e seis milhões de reais já foram arrecadados e estão disponíveis nesse momento. Três, meia, meia. Está bem?

Antes de concluir, a Ana Carolina quer fazer um convite a vocês. Depois dela, farei um brevíssimo encaminhamento para que possamos terminar antes das nove e meia, cumprindo o que havíamos combinado no começo de nossa reunião, justamente não levar muito após as nove e meia da noite do dia de hoje.

A SRA. ANA CAROLINA – Pessoal, amanhã teremos outra audiência pública e precisamos saber, com certeza, quantas pessoas vão para que consigamos um transporte que

leve todo mundo.

- Manifestações concomitantes fora do microfone.

A SRA. ANA CAROLINA – Às 7h da noite. Até às 22h. Precisamos saber com certeza quem vai, para que ninguém se perca, é muito longe daqui. Tentaremos uma condução que possa ir todo mundo. Por favor, dêem os nomes, contaremos quem vai e então definiremos o transporte. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou terminar essa reunião com muita alegria. Contarei para vocês que foi realmente a melhor audiência. O Vereador Nabil Bonduki tem toda razão e o Weber também. Foi a melhor reunião que fizemos. Não teve reunião, até hoje, em que recebemos tanta boa orientação.

O Vereador Nabil Bonduki citou duas coisas realmente importantes. A lei tem de refletir as prioridades.

Peço que permaneçam um pouco mais, pois em cinco minutos terminamos.

Tem uma energia que vem das crianças e que tem de nos mover. Se não acertarmos para o maior conjunto de crianças, nós erramos na lei.

Quando olhamos para o espaço que vocês estão, é onde está o maior conjunto de crianças da região. Portanto, não podemos errar na prioridade que a lei tem de dar para isso. Essa é uma questão definitiva.

Então o esforço feito pelo Vereador Nabil Bonduki de observação, o esforço que a Jupira vem fazendo, que também os técnicos estão fazendo, de reconhecer que o Vládir foi um guerreiro em todo esse processo e, portanto, tem de receber nossos aplausos mesmo. (Palmas)

O Vereador Nabil Bonduki também tocou numa questão fundamental: historicamente, a Operação Urbana é para fazer dinheiro. E faz muito dinheiro. Não estamos dizendo que a Operação Urbana não deva fazer dinheiro, mas temos de saber onde ele vai gastar esse bom dinheiro que vai se criar. Se melhorar a Cidade, valeu ter esse dinheiro. Se

gerar uma cidade ruim e que não pertencerá a essas crianças que estão aí, de nada adiantou ter dinheiro.

Então esse esforço teremos de fazer. Estamos atingindo uma maturidade que não tínhamos. Brigávamos muito e não conseguíamos enxergar as nossas convergências.

E, a partir do muito que vocês falaram, observamos que há muito mais convergências no que vocês falam e quero que reflitamos junto.

Percebemos que a sabedoria popular sabe mais do que nós. E saberemos seguir vocês para acertar.

Então se serve algo na audiência de hoje, na nossa reunião, é justamente saber que a orientação popular faz seus dirigentes errarem menos.

E, a partir do dia de hoje, sabemos: o Executivo, os técnicos, as autoridades políticas do Executivo, as nossas autoridades locais, os Vereadores e as equipes técnicas que nos acompanham, todos já estão cientes: a partir da sabedoria popular erraremos menos. É assim que saímos, hoje, daqui. Pelo menos, é esse o espírito que eu e o Vereador Nabil Bonduki levaremos para dentro da Câmara Municipal, amanhã, onde haverá um debate. Sei que o Vereador Nabil Bonduki estará com vocês. Eu já me desculpo, não poderei estar amanhã à noite com vocês.

Mas, é por aqui que vamos terminar. Daqui a pouco será nove e meia.

Agradeço ao Emerson, ao Renato, à Sandra e à Ana Carolina, à Terezinha, Ana, Jupira, Rosemarie, Mauro, Ricardo, o Vladir e o Weber, que se manifestaram nos microfones.

Quero agradecer ao Vereador Nabil Bonduki que, mesmo com toda a dificuldade de estar lá e também aqui, fez valer os dois instrumentos dos quais participou.

Agradeço também os Srs. Vereadores da Comissão que nos deram essa oportunidade. Eles falaram: “Vocês vindo, estão nos representando”. Lembro o esforço do nosso Presidente Andrea Matarazzo que nos permitiu essa direção conjunta.

Lembro do nobre Vereador Paulo Frange, morador do região, e que tem

acompanhado esse debate há bastante tempo. Também devo citar o Vereador Dalton Silvano, do Partido Verde, que vem demonstrando sempre uma grande preocupação com esse processo.

Quero citar outro Parlamentar que, embora do outro lado – Santana – tem se orientado e discutido muito com a gente no sentido de nos orientar, que é o Vereador Nelo Rodolfo.

E, claro, o Vereador Toninho Paiva que também está muito atento a tudo isso.

São os Vereadores que compõem nossa Comissão e, hoje, nós dois aqui, estamos representando os sete Vereadores que compõem a mesma e, por consequência, representam a Câmara Municipal.

Também agradeço ao Vereador Claudio Prado, presente sempre em todos esses debates.

Aliás, acabei de conversar com o Weber aqui, e brinquei um pouco com o Vereador Nabil Bonduki, no sentido de conseguirmos fazer a reserva de uma pequena área e, assim, discutir com os empresários se há possibilidade de termos uma verticalização para a área industrial. Há experiências em Bonn e em Berlim para manter empregos. Vamos trabalhar também nisso.

Mas a orientação de vocês é clara: a prioridade é fazer um bairro decente para as pessoas que já estão aqui, como disse o Renato, há 36 anos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É que o Renato falou dos 36 dele. Sei que tem outros com mais tempo do que ele. Mas ele disse “Eu estou aqui há 36 anos”. Apenas para seguir a orientação do Renato e de muitos outros, claro, que estão há mais tempo aqui, e, por isso, que teremos de trabalhar. Esse é o espírito que a gente sai daqui.

Mas o que tenho a dizer ainda é que precisamos da ajuda de vocês. Não adianta o Vereador Nabil Bonduki sair daqui com o entusiasmo que vocês nos passam e vocês não irem

conosco até o fim. Nós precisaremos, sim, de vocês coladinhos na gente até o fim desse processo. E não é para garantir um bom discurso aqui não. É garantir uma boa lei.

Isso que conforta o Vereador Nabil Bonduki. Nos preenche de orgulho saber que vocês nos orientam, vão para dentro da lei e nos acompanham até o fim. Está combinado?

(Palmas)

O encerramento é para agradecer os quatro que receberão o diploma. Está aqui o diploma de participação na audiência pública.

Não havendo mais nada a ser tratado no dia de hoje, encerramos os trabalhos da 3ª reunião técnica da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Boa noite a todos. Muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos.
